

18 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Fotógrafo presta depoimento 'morno'

Marcelo Caramori, ex-assessor da Casa Civil no governo de Beto Richa, despertou críticas de advogados de réus no processo da Operação Publicano 1

Loriane Comeli
Reportagem Local

Demonstrando não se recordar de detalhes do que relatou aos promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaceo) em depoimentos prestados há um ano, nos dias 5 e 9 de fevereiro de 2015, quando fez acordo de delação premiada após ser preso por suposto envolvimento em esquema de exploração sexual, o fotógrafo Marcelo Caramori, ex-assessor da Casa Civil no governo de Beto Richa (PSDB), despertou críticas de advogados de réus no processo relativo à Operação Publicano 1, cujas audiências começaram a ser realizadas na segunda-feira.

Confrontado com trechos dos depoimentos e questionado sobre o alcance de suas declarações, o assessor – que hoje se diz vendedor de água de coco e caldo de cana – respondeu quase sempre com “eu não me lembro” e “desculpe, mas não me lembro”. Foi reticente em algumas situações e enfatizou que não teria presenciado qualquer ato criminoso, mas que, sim, teria ouvido dizer sobre atos ilícitos. Seu depoimento durou uma hora e

meia e ocorreu sem a presença de quaisquer réus na sala de sessões do Tribunal do Júri. Por ser delator, o fotógrafo tinha direito a não falar na presença de pessoas que denunciou. O juiz titular do processo, Julião Nanunício, da 3ª Vara Criminal, pediu que todos os auditores (cerca de uma dezena) e outros réus saíssem do recinto.

Caramori atribuiu o esquecimento ao passar do tempo e às dificuldades que teria enfrentado ao longo de 2015, após ser preso. Em linhas gerais, repetiu que confirmava o que tinha declarado nos depoimentos ao Ministério Público (MP). Ele reafirmou, no entanto, demonstrando ter mais certeza, as relações de amizade entre o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante de Richa, e o auditor Márcio de Albuquerque Lima, que seria uma indicação de Abi.

Abi é apontado pelos promotores na segunda fase da Publicano como “líder político do esquema” de arrecadação de propina; Lima é tido como líder da suposta organização criminosa nos processos relativos às primeira, segunda e quarta fases. Abi não é réu neste processo em que Caramori prestou depoimento.

O fotógrafo mencionou ainda conversas que teria ouvido entre os auditores Luiz Antonio de Souza, o principal delator da Publicano, e o ex-chefe da Receita de Londrina José Luiz Favoreto, quando ficou preso na mesma cela que ambos, no início do ano passado, na unidade dois da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2). Os dois também respondem processo por exploração sexual de adolescentes.

Para o advogado de Favoreto, Walter Bittar, as declarações envolvendo seu cliente são fruto da recusa de atender a um pedido de dinheiro feito por Caramori. Ontem, ao questionar o fotógrafo, apresentou um bilhete que teria escrito pelo ex-assessor e entregue a Favoreto ainda na cela da PEL. Constaria do papel o número da conta bancária de Caramori. “Ele pediu dinheiro dentro da cela para meu cliente, se ele não pagasse ia fazer delação premiada. Não falou em valores. Demonstrou que esse delator faltou com a verdade”, declarou Bittar.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

18 FEV 2016

Nanuncio indeferiu o pedido de juntado do documento. O argumento é que o prazo para anexar provas ao processo já se esgotou. Questionado sobre o motivo de não ter apresentado o bilhete antes, Bittar disse que simplesmente que "justamente para que a gente pudesse comprovar que ele falta com a verdade na sua declaração porque nos temos além desse outros elementos".

Vianna, defensor de Caramori, encerrou a coletiva antes de ser questionado sobre tal bilhete. No depoimento, o fotógrafo disse que não se lembrava se tinha escrito ou não o número de sua conta bancária naquela papel apresentado por Bittar. Sobre os esquecimentos do cliente, Vianna afirmou que "ele tentou esclarecer todas as perguntas, mas evidentemente muita coisa ele não se recorda se viu ou se ouviu, mas conseguiu confirmar grande parte do que ele disse em 2015 ao Ministério Público".

Avaliação semelhante tem o advogado Eduardo Duarte Ferreira, defensor do principal delator do esquema. "O Marcelo Caramori não sabia as minúcias do esquema. Quem sabe e vai falar é o Luiz Antonio, meu cliente. O Caramori confirmou genericamente a estrutura política dentro da Receita", avaliou. O interrogatório de Souza está marcado para 7 de março.

Audiência contou com presenças ilustres

A promotora Leila Schimmi considerou que "de modo geral houve confirmação de todas as situações relevantes" pelo delator. Além de Marcelo Caramori, foram ouvidos ontem um policial do Gaco, um empresário que se recusou a pagar propina e seu advogado, e o irmão de um contador que admitiu ter destruído informações relativas a empresas que sonegavam impostos e pagavam propinas. Outras cinco testemunhas foram dispensadas pelo MP e uma faltou. Será ouvida amanhã, último dia de audiência para testemunhas de acusação. Para hoje, foram convocados 11 pessoas, mas algumas devem ser dispensadas, adiantou a promotora.

Figuras apontadas pelo Ministério Público como cabeças do esquema de cobrança de propina e sonegação fiscal engendrado na Receita Estadual de

Londrina acompanharam o terceiro dia de audiências da Operação Publicano 1.

O suposto líder da organização criminosa, Márcio de Albuquerque Lima, e sua mulher Ana Paula Pelizari Marques de Lima, ambos auditores da Receita de Londrina, ficaram a tarde toda no Fórum. Reclamaram de terem a imagem gravada pelos jornalistas que acompanhavam a audiência. "Ele disse que ia dar porrada", relataram uma repórter e um cinegrafista de duas emissoras de televisão, referindo-se a Lima.

Luiz Abi Antoun e um de seus filhos, ambos citados em depoimento por Marcelo Caramori, também estiveram no Fórum. O filho permaneceu na sala de audiência e acompanhou toda a fala do fotógrafo. Entre os auditores, estavam José Luiz Favoreto, Orlando Aranda, Jaime Nakano, Ademir de Andrade, Amadeu Serapião, Marco Antonio Bueno, Hélio Obara, Laércio Rossi, José Carlos Lovato e Milton Digiácomo. (L.C.)

18 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Interceptações

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou alterações nas regras para interceptação de comunicação telefônica, de informática e telemática utilizados pelo Poder Judiciário nas investigações criminais. A mudança foi motivada a pedido do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Pelo texto aprovado, sempre que houver vazamento de dados e informações sigilosas, o juiz responsável pelo deferimento das medidas requisitará a imediata apuração dos fatos pelas autoridades competentes. Entre as mudanças aprovadas pelo Plenário do Conselho estão a identificação dos titulares dos números interceptados ou, excepcionalmente, no prazo de 48 horas, de outros números.

PAINEL ECONÔMICO

STF deixa para hoje decisão sobre acesso da Receita a dados bancários

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) começou ontem o julgamento conjunto das cinco ações que questionam o poder da Receita Federal de requisitar informações bancárias de contribuintes sem autorização judicial. Os ministros ouviram as sustentações orais das partes e interessados no caso, mas deixaram para hoje a tomada de votos e decisão final da questão. A Lei Complementar 105, de 2001, que autoriza o acesso do Fisco às informações, é questionada na Corte por partidos, confederações e também pessoa física, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade e um recurso extraordinário. Fazenda, Banco Central e Advocacia-Geral da União (AGU) tentam garantir a manutenção do dispositivo.

18 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Liminar suspende depoimento de Lula

Grupos pró e contra ex-presidente se agriem em frente ao Fórum

Folhapress

CONFRONTO

São Paulo - Uma decisão do Conselho Nacional do Ministério Público suspendeu o depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da mulher dele, Marisa Letícia, ao Ministério Público de São Paulo, que estava previsto para ontem. O ex-presidente e a esposa dele foram intimados a depor sobre a situação do triplex no condomínio Solaris, em Guarujá (SP), e suspeitas de irregularidades na transferência para a empreiteira OAS de obras inacabadas da Bancoop. Caso fale ao MP, será o primeiro depoimento de Lula na condição de investigado.

O triplex está em nome da OAS, e Lula justifica que tinha uma cota da cooperativa Bancoop, que pertencia ao Sindicato dos Bancários, mas que desistiu de comprar imóvel. A suspensão do depoimento foi determinada pelo conselheiro Valter Araujo, que atendeu a pedido do deputado Paulo Teixeira (PT-SP) questionando a atuação do promotor Cassio Conserino, alegando que ele não teria legitimidade para conduzir o inquérito. A decisão vale até que o plenário do conselho do MP avalie o caso.

Grupos simpatizantes e críticos ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegaram a atirar garrafas d'água e pedras uns nos outros ontem, em frente ao Fórum Criminal da Barra Funda, onde o petista daria depoimento pela manhã. A maior confusão ocorreu por volta das 11 horas, após militantes do Nas Ruas e do Revoltados Online tentarem inflar o boneco "Pixuleco", que faz alusão a Lula vestido de presidiário. Um dos coordenadores da Frente Brasil Popular, que defende o ex-presidente, chegou a pedir a policiais presentes no ato que não deixassem o boneco ser inflado porque não conseguiria conter os manifestantes. Neste momento, os grupos começaram a se xingar e atiraram garrafas uns nos outros. A polícia interveio para separar os manifestantes, que se espalharam e tomaram a rua. Um batalhão da tropa de choque da Polícia Militar que estava dentro do fórum estava presente.

Antes, às 10h40, militantes da Frente Brasil Popular acenderam fogos de artifício e jogaram uma bomba perto de onde manifestantes anti-Lula estão situados. Depois disso, ambos os grupos ameaçaram invadir o acesso ao fórum, que separa os mani-

festantes. Pouco depois, uma manifestante da Central de Movimentos Populares foi socorrida por policiais. O motivo teria sido pedra lançada do lado dos movimentos antipetistas.

A Frente Brasil Popular se aglomerou na calçada à esquerda do fórum. "Fora coxinha" foi um dos gritos que entoados. À direita do prédio, em número menos expressivo, estavam movimentos como o Nas Ruas e o Revoltados Online. Aos opositores, gritavam "Vai trabalhar, vagabundo".

Anteontem, na chamada para o ato, o presidente da CUT, Wagner Freitas, divulgou em seu perfil no Facebook um poster com as frases "Lula eu respeito, Lula eu defendo". "Esperamos que seja o início de uma reação popular contra um linchamento sem precedência de uma das mais importantes lideranças mundiais dos últimos tempos", disse Raimundo Bonfim, coordenador geral da Central de Movimentos Populares (CMP) e membro da Frente Brasil Popular.

Também na última terça, Kim Kataguirí, um dos líderes do MBL, pedia uma demonstração da "legitimidade popular" dos movimentos contrários a Lula, Dilma e PT. O MBL, porém, desistiu da manifestação após o depoimento do ex-presidente ser cancelado. Com o cancelamento do depoimento, deputados petistas que iriam participar do ato em defesa do ex-presidente se reuniram com ele na sede do Instituto Lula.

18 FEV 2016

FOLHA DE S. PAULO

STF autoriza prisão de réus antes que processo termine

Agora, condenados podem ir para a cadeia depois que sentença for confirmada em julgamento de 2ª instância

Atualmente a sentença só é definitiva após passar por até três graus de recursos: segundo grau, STJ e STF

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quarta (17) que a prisão de condenados deve ocorrer depois que a sentença for confirmada em um julgamento de segunda instância, ou seja, antes de se esgotarem todos os recursos possíveis da defesa.

A decisão modifica entendimento anterior do próprio tribunal. Atualmente, a sentença só é definitiva após passar por até três graus de recursos: segundo grau, Superior Tribunal de Justiça e STF.

Para a maioria dos ministros, a mudança no sistema penal combate a ideia de morosidade da Justiça e a sensação de impunidade, além de prestigiar o trabalho de juízes de primeira e segunda instâncias, evitando que se tornem "tribunais de passagem".

Outro argumento é que isso impede uma enxurrada de recursos na Justiça na tentativa de protelar o início do cumprimento da prisão.

A proposta de modificação foi apresentada pelo ministro

Teori Zavascki. Ele também relata o processo da Lava Jato no tribunal. Zavascki foi seguido pelos ministros Luiz Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes.

Rosa Weber, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, defenderam que o tribunal deveria manter o entendimento, fixado em 2009, de que só caberia a prisão quando o processo não permitisse mais recursos.

"O sistema penitenciário está absolutamente falido, se encontra num estado constitucional de coisas. Agora nós vamos facilitar a entrada de pessoas nesse verdadeiro inferno de Dante", disse Lewandowski.

Já para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, "trata-se de um passo decisivo contra a impunidade".

Essa reformulação no entendimento do STF havia sido defendida pelo juiz federal Sergio Moro, que atua nos processos da Lava Jato, e chegou a ser classificada como "essencial para garantir maior efetividade do processo penal e proteção dos direitos da vítima e da sociedade, sem afetar significativamente os direitos do acusado".

Os ministros discutiram um habeas corpus apresentado por um homem, conde-

nado a 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, por crime de roubo, que podia recorrer em liberdade. Após a decisão, a defesa recorreu e o Tribunal de Justiça de São Paulo não só negou o recurso, como determinou a expedição do mandato de prisão. Os advogados foram ao STJ, que o manteve preso e o caso chegou ao STF.

Na sessão, os ministros não chegaram a discutir os efeitos da decisão, se ela terá validade a partir do julgamento ou se vale para casos anteriores.

Para o ministro Zavascki, a possibilidade de recorrer em liberdade estimula os réus a apresentar uma série de recursos em cada tribunal superior, até mesmo para tentar obter a prescrição, quando a demora nos julgamentos extingue a pena.

"A sociedade não aceita mais essa presunção de inocência de uma pessoa condenada que não para de recorrer", disse Luiz Fux.

O novo entendimento do STF surpreendeu advogados. O criminalista Pierpaolo Bottini disse que a medida traz preocupação. "Respeito a decisão do STF, mas me preocupam seus impactos. O Brasil já tem 600 mil presos. Aumentar esse número não resolve o problema da criminalidade e pode cristalizar muitas injustiças", afirmou.

18 FEV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal manda juiz aceitar denúncia sobre cartel de trens

Ex-executivo da Siemens vira réu por suposta fraude em licitações

O Tribunal de Justiça de São Paulo acatou recurso do Ministério Público e determinou que um juiz aceite uma denúncia que havia rejeitado, na qual um executivo da Siemens é acusado de integrar cartel para fraudar licitações de trens em São Paulo, governado à época dos fatos por José Serra (PSDB).

O caso envolve duas licitações, realizadas em 2007 e 2008, para o fornecimento de 320 e 64 carros, respectivamente, por R\$ 1,4 bilhão.

Segundo uma câmara do tribunal, composta por três desembargadores, a acusação "narrou o fato considerado criminoso, com todas as suas circunstâncias". Para o relator, Cardoso Perpétuo, "as condições da ação estão presentes e concorrentes".

Assim, o executivo Marco Missawa, que já não trabalha na Siemens, passa a ser réu.

A decisão é de setembro de 2015, mas só foi divulgada nesta terça (16).

OUTRO LADO

Pierpaolo Bottini, que defende Missawa, diz que as evidências do Ministério Público não mostram cartel e que recorreu da decisão do TJ. A Siemens disse colaborar com a Justiça. Serra repete que as políticas que implantou quando era governador reduziram o preço de trens.

18 FEV 2016

GAZETA DO POVO

STF autoriza prisão de condenados antes de o processo chegar ao fim

Carlos Humberto/STF

Supremo reverte entendimento anterior e autoriza detenção quando o réu é condenado pela segunda instância

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

● O Supremo Tribunal Federal (STF) alterou a jurisprudência adotada até hoje no país para permitir a execução de pena a partir de uma decisão judicial de 2.ª instância — portanto, antes de esgotados todos os recursos.

Por 7 votos a 4, um réu condenado a prisão pode ser encaminhado à penitenciária depois da confirmação da sentença do juiz de 1.º grau por um Tribunal de Justiça (TJ). Antes da decisão da Corte, a pena só começaria a ser cumprida pelo condenado após o chamado trânsito em julgado da condenação, podendo chegar aos Tribunais Superiores.

A decisão foi tomada durante discussão de um habeas corpus impetrado pela defesa de um condenado a 5 anos e 4 meses de prisão por roubo qualificado. A sentença de 1.º



Zavascki: 2ª condenação “inverte” a presunção de inocência.

COMO VOTARAM OS MINISTROS

Relator do caso, Teori Zavascki foi seguido em seu voto pelos ministros Luís Roberto Barroso, Luiz Edson Fachin, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Foram contra os ministros Rosa Weber, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski.

grau foi confirmada pelo TJ-SP, que determinou a prisão do réu. Os advogados entraram com habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, posteriormente, no Supremo pelo direito do condenado recorrer em liberdade.

Em 2009, o próprio STF fi-

xou a tese de que condenados pela Justiça tinham o direito de recorrer da sentença em liberdade até que não haja possibilidade de novo recurso. A nova composição da Corte, contudo, possibilitou a reversão no entendimento. A decisão se aplica ao caso concreto discutido no habeas corpus, mas ficou firmada como jurisprudência do STF — ou seja, será estendida a outros casos.

O relator do caso, ministro Teori Zavascki, destacou que o cumprimento da pena após a decisão em 2.º grau é uma forma de “harmonizar” o princípio da presunção de inocência. Para ele, o duplo grau de jurisdição, com a confirmação da sentença pelo TJ, “inverte” o princípio da presunção de inocência.

18 FEV 2016

GAZETA DO POVO

● OPERAÇÃO PUBLICANO

Delator confirma que Luiz Abitinha influência no governo

LONDRINA

Marcus Ayres, especial
para a Gazeta do Povo

● O 3.º dia de audiências judiciais relativas à primeira fase da Operação Publicano foi marcado pelo depoimento do fotógrafo e ex-assessor do governo do Paraná Marcelo “Tchello” Caramori — o primeiro investigado a fazer acordo de delação premiada com o Ministério Público (MP). Caramori contou que se aproximou de Luiz Abi Antoun — parente distante do governador Beto Richa (PSDB) — por causa da forte influência que ele tinha no governo.

O fotógrafo também afirma ter ouvido que o auditor Márcio de Albuquerque Lima — apontado como líder do esquema de corrupção na Receita Estadual em Londrina — foi nomeado inspetor-geral de Fiscalização do órgão por influência de Abi.

A reportagem tentou contato com a defesa de Abi, mas os advogados não foram localizados. Já o governo do Paraná nega que Abi que tinha influência ou que fazia indicações nos órgãos públicos.

18 FEV 2016

GAZETA DO POVO

Conselheiro do MP suspende depoimento de Lula sobre triplex

Decisão foi tomada para evitar “uma indesejável nulidade do âmbito penal”.

Ex-presidente nega ser proprietário de apartamento reformado pela OAS

● O conselheiro do Ministério Público Valter Shuenquener de Araújo suspendeu a audiência marcada pelo promotor Cassio Conserino para ouvir o ex-presidente Lula, na quarta-feira (17), sobre suposta ocultação de patrimônio relativa a um triplex no Guarujá (SP) reservado a ele e reformado pela empreiteira OAS.

Em seu despacho, o conselheiro deferiu parcialmente pedido de liminar apresentado pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP) até que o plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) delibere sobre a alegação de ofensa ao princípio do promotor natural. “A manutenção do ato poderia, acaso se entenda, em momento futuro (...), até mesmo ensejar uma indesejável nulidade do âmbito penal”, escreveu Araújo.

Negando que “exista qualquer objetivo de blindar” Lula, o conselheiro afirmou que levará a questão ao plenário do CNMP na terça-feira (23), quando o colegiado

decidirá se mantém ou não a liminar em vigor. O mérito da questão deverá entrar na pauta na reunião do conselho do dia 15 de março. Nessa data, os conselheiros baterão o martelo sobre a legalidade da forma como o processo foi distribuído aos promotores responsáveis pelo caso do triplex.

O depoimento de Lula e da ex-primeira-dama Marisa Leticia seria realizado no Fórum da Barra Funda, em São Paulo, e representantes de movimentos sociais, acompanhados de deputados do PT, já haviam até mesmo marcado uma manifestação de protesto naquele local. O promotor Conserino intimara o ex-presidente e dona Marisa sob o argumento de haver indícios de ocultação de patrimônio no Guarujá. Lula nega ser proprietário do triplex.

No pedido de providências ao Conselho Nacional do Ministério Público, o deputado Paulo Teixeira alegou que o promotor agiu “com o claro objetivo de obter promoção pessoal, bem como (...) em frontal violação às regras de determinação de atribuição para a distribuição de

feitos criminais”. Teixeira observou que “houve, ainda, indevida antecipação de juízo de valor, tudo a comprometer a dignidade do Ministério Público”.

CRÍTICAS

O comando do Ministério Público de São Paulo reagiu à decisão do CNMP de suspender as investigações sobre o ex-presidente Lula.

Em pronunciamento, os promotores disseram que o conselho foi induzido ao erro ao conceder liminar ao pedido do deputado Paulo Teixeira (PT-SP). Os promotores se referiram ao ex-presidente Lula e demais investigados no inquérito como “pessoas que se consideram acima da lei”. Em coletiva, eles ainda afirmaram que vão recorrer da decisão.

“Não tenho paixão, eu fiz o que achava que era mais correto para evitar que a investigação fique em risco.”

Valter Shuenquener de Araújo, conselheiro do Ministério Público.

18 FEV 2016
GAZETA DO POVO

PAIXÃO



18 FEV 2016

GAZETA DO POVO

● LAVA JATO

Justiça dos EUA quer ouvir delatores

NOVA YORK (EUA)

Folhapress

● O Tribunal de Nova York que julga a ação coletiva contra a Petrobras pediu colaboração da Justiça brasileira para interrogar delatores da Operação Lava Jato, como o doleiro Alberto Youssef, os ex-funcionários da companhia Nestor Cerveró, Paulo Roberto Costa e Pedro Barusco Filho e o dono da UTC, Ricardo Pessoa.

Nos requerimentos, o juiz Jed Rakoff afirma que os depoimentos ajudariam a acusação a comprovar suas alegações de que o prejuízo causado por esquemas de corrupção e a publicação de informações incorretas é maior que o calculado pela Petrobras e foi feito com anuência da direção.

Os autores da ação coletiva, liderados pelo fundo britânico USS, já citavam notícias de jornais brasileiros e informações da Lava Jato para sustentar as alegações. A Petrobras aponta perdas de R\$ 6,2 bilhões, e a acusação indica desvios na ordem de US\$ 30 bilhões.

“De acordo com a acusação, Cerveró, ex-executivo da

Petrobras, admitiu ter conspirado com Renato Souza Duque, Barusco e Paulo Roberto Costa no esquema alegado de licitações fraudulentas e propinas e forneceu declarações detalhadas sobre as supostas propinas em conexão com contratos de larga escala da Petrobras”, afirma o magistrado no pedido quanto ao ex-diretor da Petrobras.

Foram solicitados ainda depoimentos do ex-diretor da companhia Jorge Luiz Zelada; Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, dono da Setal; Dalton Avancini, ex-presidente da Camargo Corrêa; Eduardo Hermelino Leite, ex-vice-presidente da Camargo Corrêa; Eduardo Musa, ex-gerente da Petrobras; o lobista Fernando Baiano; Fernando de Castro Sá, ex-gerente da Petrobras; Julio Faerman, representante da holandesa SBM Offshore; e Sergio Araújo Costa, ex-funcionário da Petrobras.

PRISÕES

Em manifestações enviadas ao STF, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, saiu em defesa das prisões preventivas determinadas na Lava Jato. Segundo ele, evitar a aplicação das prisões preventivas para crimes de corrupção, do “colarinho branco”, tem potencial para instituir odiosa distinção processual entre ricos e pobres.

“A prisão preventiva não pode ser utilizada apenas porque o agente possui condições econômicas.”

Rodrigo Janot, procurador-geral da República.

18 FEV 2016

GAZETA DO POVO

Supremo derruba nova regra do ICMS

• O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, concedeu, nesta quarta-feira (17), liminar favorável à Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a cobrança de ICMS nas compras pela internet nos estados de destino.

A decisão de Toffoli atendeu ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a outros requerentes, que alegaram que micro e pequenos empresários, principalmente, não teriam condições de se adaptar à nova realidade. A decisão vale apenas para as empresas inscritas no Simples Nacional.

Com a liminar, a cobrança está suspensa, ou seja, o comerciante inscrito no Simples poderá voltar a usar a guia anterior. Resta ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) recorrer da decisão ou esperar pelo julgamento do mérito.

COLUNA DO LEITOR

SUPERSALÁRIOS

Não há sociedade no mundo que consiga arcar com tantas despesas públicas. Se há um teto para o salários dos servidores, não há justificativa para os altíssimos valores percebidos pelo MP.

Estamos perdidos, pois eram eles que deveriam coibir tais abusos. É desanimador.

Ricardo Bellodi

18 FEV 2016

GAZETA DO POVO

Homicídios caem 21% em Curitiba, mas crescem 14% na RMC

Carolina Pompeo

● Curitiba registrou 120 homicídios dolosos a menos em 2015 em comparação com o ano anterior. Em 2014, foram 569 assassinatos na capital; em 2015, 449 — a redução de 21% representa o menor índice desde 2007 (21 homicídios para cada 100 mil habitantes), segundo balanço divulgado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) na quarta-feira (17). Na contramão, os municípios do entorno, na região metropolitana, registraram aumento de 14% de mortes. Os bairros da capital com maior número de homicídios dolosos em 2015 foram a Cidade Industrial (51); o Cajuru (35); o Tatuquara (26); o Xaxim (21) e o Uberaba (19).

No interior, foram registrados 1.284 homicídios dolosos. De acordo com a Sesp, 66% dos municípios paranaenses conseguiram reduzir ou manter estável a taxa de ocorrência desse tipo de crime. No total, no Paraná foram contabilizadas 2.416 mortes por homicídio doloso em 2015 — o menor número dos últimos nove anos.

O secretário Wagner Mesquita atribuiu a queda ao trabalho integrado entre Polícia Civil e Militar, à atuação ostensiva fardada da PM e ao incremento do setor de inteligência, o que permitiu um mapeamento das regiões com maiores índices. “Os números são positivos e devem ser comemorados diante da complexidade geográfica, social e operacional do combate à violência”, declarou.

18 FEV 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

AGREDIU A NAMORADA

Bertoldi continua foragido

Angieli Maros

O político paranaense Osmar Bertoldi (DEM), suplente de deputado federal, continua foragido. Ele possui mandado de prisão preventiva em aberto desde o dia 8 de janeiro. No entendimento da Justiça, Bertoldi descumpriu as medidas cautelares resultantes de uma denúncia Ministério Público do Paraná (MP-PR), que acusou o político de ter agredido a ex-namorada.

Segundo os autos que autorizam a prisão preventiva, o político tentou se aproximar diversas vezes da ex-companheira, a administradora de empresas Tatiane Bittencourt. A proibição de chegar perto da residência da vítima

estava entre as medidas protetivas previstas pela Lei Maria da Penha impostas a Bertoldi em dezembro do ano passado, cerca de quatro meses após o político ter começado a apresentar comportamentos opressores. No último dia 5, a Justiça negou em liminar o pedido de revogação da prisão de Bertoldi.

18 FEV 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

CASAMENTO

Está marcado para o dia 29 de abril, na Arena da Baixada, o casamento coletivo organizado pelo programa Justiça no Bairro do Tribunal de Justiça, em parceria com a Prefeitura de Curitiba, o Sistema Fecomércio (Sesc/Senac) e cartórios de registro civil. As inscrições para o evento, que será oficializado pela desembargadora Joeci Machado Camargo, já estão abertas e vão até 29 de março. Em Curitiba, podem ser realizadas em um dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que funcionam nas dez administrações regionais, ou nas três unidades do Sesc - da Esquina, Água Verde e Centro. Em outros municípios da região metropolitana, as inscrições podem ser feitas diretamente nos CRAS locais. Os documentos necessários são: RG, CPF, certidão de nascimento atualizada, comprovante de renda de até 2 salários mínimos por pessoa e comprovante de endereço.

JORNAL DO ÔNIBUS

Casamento coletivo tem inscrições abertas

Está marcado para o dia 29 de abril, na Arena da Baixada, o casamento coletivo organizado pelo programa Justiça no Bairro do Tribunal de Justiça, em parceria com a Prefeitura de Curitiba, o Sistema Fecomércio (Sesc/Senac) e cartórios de registro civil.

As inscrições para o evento, que será oficializa-

do pela desembargadora Joeci Machado Camargo, já estão abertas e vão até 29 de março. Em Curitiba, podem ser realizadas em um dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Curitiba que funcionam nas dez administrações regionais, ou nas três unidades do Sesc - da Esquina, Água Verde e Centro - na cidade. ●

18 FEV 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

STF SERÁ AÇIONADO

O presidente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, José Carlos Araújo (PSD-BA), anunciou aos membros do colegiado que entrará com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir o funcionamento de forma autônoma e independente do grupo no processo disciplinar contra o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O recurso deve ser impetrado hoje. Araújo reclamou que decisões da Mesa Diretora, mais especificamente do vice-presidente Waldir Maranhão (PP-MA), em favor do peemedebista, interferiram no andamento do processo por quebra de decoro parlamentar. O presidente do Conselho disse que o objetivo é "prevenir arbitrariedades". "Espero que o apelo seja atendido", afirmou.

SEM PRAZO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, disse que não há previsão de julgamento no plenário sobre recebimento da denúncia oferecida contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). A investigação tramita na Corte deste agosto de 2007. No último dia 2, o relator do caso, ministro Luiz Fachin, liberou o processo para julgamento no plenário. Cabe a Lewandowski, presidente do Tribunal, determinar a inclusão da discussão na pauta da Corte para o plenário decidir se recebe a denúncia contra o peemedebista e o torna réu.

NADA DE LIBERDADE

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, encaminhou manifestações ao STF nas quais defende a manutenção da prisão dos ex-deputados André Vargas (sem partido-PR) e Luiz Argolo (afastado do Solidariedade-BA). No documento, o procurador-geral afirma que não se pode "imunizar" da prisão preventiva os criminosos de colarinho branco e de alta renda. O relator da Operação Lava Jato no STF, ministro Teori Zavascki, já negou em decisão liminar (provisória) o pedido de liberdade dos ex-deputados.

JORNAL DO ÔNIBUS

STF autoriza prisão após 2ª instância

Por 7 votos a 4, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem (17) que pessoas condenadas em segunda instância devem começar a cumprir pena antes do trânsito em julgado do processo (final do processo). Com a decisão, um condenado poderá iniciar o cumprimento da pena se a Justiça de segunda instância rejeitar o recurso de apelação e mantiver a condenação definida pela primeira instância.

A Corte fez uma revisão da atual jurisprudência para admitir que o princípio constitucional da presunção de inocência cessa após a confirmação da sentença pela segunda instância. Votaram a favor do cumprimento da pena antes do fim de todos os recursos os ministros Teori Zavascki, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux e Gilmar Mendes. ●

18 FEV 2016

BEMPARANÁ MP investiga deputado no caso da "máfia dos remédios"

Dinheiro desviado através de superfaturamento teria
financiado campanha de políticos, diz Gaeco

Ivan Santos

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público estadual confirmou que investiga o envolvimento de um deputado estadual no esquema de desvio de recursos da saúde pública para compra de medicamentos, apurado na Operação Panaceia. A nome do parlamentar não foi revelado, segundo o MP, porque as investigações ainda estão em andamento. A suspeita é de que parte do dinheiro desviado tenha sido destinado ao financiamento de campanhas eleitorais de prefeitos, vereadores e deputados.

Na terça-feira, o Gaeco de Cascavel cumpriu três mandados de busca e apreensão em Toledo, na quinta fase da operação. Os mandados foram cumpridos em uma empresa, na residência e no sítio do empresário José Edson Rinaldi, dono da Tolemed, empresa de medicamentos com sede em Toledo (região Oeste). Na empresa – citada na terceira fase da Operação Panaceia, que ocorreu no município de Corbélia – e na residência foram apreendidos documentos e medicamentos com embalagens adulteradas. Já no sítio do empresá-

rio, os policiais do Gaeco encontraram medicamentos que haviam sido queimados e posteriormente enterrados. O empresário foi autuado em flagrante pelas práticas de crime ambiental e de estelionato.

O laboratório é investigado por participar de licitações supostamente fraudulentas envolvendo prefeituras da região. Segundo o delegado Thiago de Almeida, do Gaeco, parte dos medicamentos encontrados deveriam ser distribuídos gratuitamente em postos de saúde, mas vinha sendo vendidos em farmácias de Toledo com embalagens adulteradas.

A operação é um desdobramento do trabalho de investigação realizado pelo Gaeco desde julho de 2015, quando secretários municipais e empresários foram presos na região Oeste. De acordo com as investigações, um grupo de empresários, associados com os secretários municipais, superfaturaram contratos na quantidade dos produtos fornecidos. Os valores desviados eram divididos, e parte do montante era entregue a políticos.

De acordo com o delegado parte desse dinheiro teria sido repassado a pelo menos um deputado estadual. O objetivo era garantir novos contratos junto ao poder público.

"A gente identificou que algumas empresas envolvidas patrocinavam sim candidaturas de prefeitos, vereadores, até mesmo deputados estaduais. Em contrapartida, eles acabavam entrando dentro da máquina pública, fechando contratos licitatórios com essas prefeituras. Há um nome de um deputado aí que supostamente está envolvido em uma dessas prefeituras. A gente está aprofundando para tentar vinculá-lo às investigações, mas não tem nada concreto que a gente possa estar dizendo no momento", afirmou o delegado à rádio Band News.

18 FEV 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

IMPEACHMENT

Jurista diz que processos de Collor e Dilma são diferentes

O advogado Marcello Lavenère, um dos autores do pedido de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, disse que, apesar de o instituto ser o mesmo, as condições e circunstâncias do pedido de impeachment do mandato da presidente Dilma Rousseff é “absolutamente diferente” daquele feito em 1992. Segundo ele, no processo desencadeado contra Collor não houve a participação de partidos políticos e, na época, não havia oposição ao governo.

“O Collor fez o que quis, sequestrou a poupança e tudo passou no Congresso Nacional. A diferença fundamental entre aquele momento e o de hoje é que hoje é uma iniciativa iminentemente político-partidária, uma iniciativa que já se iniciou antes mesmo que a presidente Dilma tomasse posse e que veio se prolongando no seu governo. Primeiro se escolheu a forma como seria feito: que era o pedido de impeachment. Agora procura se saber porque, arranjar um fato que possa justificar o pedido”, disse o jurista.

Em 1992, Lavenère era presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).